



**PARECER PRÉVIO Nº 4/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11300/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Itamarati
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** João Medeiros Campelo (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM n.º 4.177 e Ênia Jéssica da Silva Garcia - OAB/AM n.º 10416
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI E DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5128/2018-DMP, Dr. Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor , que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas anuais da Prefeitura Municipal de Itamarati, exercício 2016, do Sr. João Medeiros Campelo**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do §5º do art. 127 da CE/89, c/c o inciso I do art. 18 da LC n. 6/91, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais em relação à todas as impropriedades não sanadas do relatório conclusivo DICAMI nº 60/2018 – 01, 02, 04, 07, 8a, 8d, 8e, 8i, 8j, 10, 11, 14 a 19, 22, 23, 25, 28, 29, 30 a 34, fls. 5451/5562.

- 11- **Ata:** 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 6 de Fevereiro de 2019
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Mario



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº 4/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro-Convocado

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Conselheiro-Convocado

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 4/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11300/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Itamarati
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** João Medeiros Campelo (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM n.º 4.177 e Ênia Jéssica da Silva Garcia - 10416
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI E DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5128/2018-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itamarati. Exercício de 2016.

*Irregularidade. Alcance. Multa*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto Excelentíssimo Senhor, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Itamarati, sob responsabilidade do **Sr. João Medeiros Campelo**, ex-Prefeito e Ordenador de Despesas referente ao exercício 2016, nos termos do inciso I do art. 1º, das alíneas b e c do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais relação a todas as impropriedades não sanadas do relatório conclusivo DICAMI nº 60/2018 – 01, 02, 04, 07, 8a, 8d, 8e, 8i, 8j, 10, 11, 14 a 19, 22, 23, 25, 28, 29, 30 a 34 fls. 5451/5562.
- 10.2. **Considerar em Alcance o Sr. João Medeiros Campelo** no valor de **R\$ 6.836.838,01** (seis milhões, oitocentos e trinta e seis mil, e oitocentos e trinta e oito reais e um centavo), nos termos nos moldes do art. 304, IV e VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelas despesas não comprovadas, conforme relatório da DICAMI nº 60/2018, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Itamarati. Conforme os itens:
  - 10.2.1. **Restrição nº 14 (a):** dada a ausência da efetiva



**ACÓRDÃO Nº 4/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

comprovação quanto à validade das Notas Fiscais Eletrônicas identificadas durante a auditoria, denotando tratar-se de notas fiscais inidôneas, e que por não demonstrarem tratar-se documentos fidedignos, são passíveis de serem desqualificados como meio de comprovação da aquisição de combustível a que se referem, no valor de **R\$ 278.277,58 (duzentos e setenta e oito mil, duzentos e setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos)**.

10.2.2. **Restrição nº 14 (f):** dada a apresentação de notas fiscais eletrônicas com erros de cálculo e de valores dos combustíveis adquiridos no montante de **R\$ 12.147,06 (doze mil, cento e quarenta e sete reais);**

10.2.3. **Restrição 15:** O saldo contábil de Caixa e Equivalentes de Caixa apresentado nos balanços Patrimonial e Financeiro de 31/12/2015 (R\$ 6.889.848,82) é composto dos seguintes valores: **Caixa, no valor de R\$ 604.754,18; Tesouraria Geral no valor de R\$ 5.103.601,13 (ambas as contas - numerário em espécie);** Bancos e Aplicações no Mercado Aberto, no valor de R\$ 1.181.493,51; e Poupança no valor de R\$ 1,94. Em relação ao saldo registrado em “**Caixa**” e “**Tesouraria Geral**”, (numerário em espécie), foi lavrado um TERMO DE VERIFICAÇÃO DE CAIXA, assinado pelo prefeito, que atesta o valor registrado nos Balancete Financeiro e Balancete de Verificação do Razão e nas Contas existentes na Contabilidade.

10.2.4. **Restrição nº 19:** pelo pagamento de juros e multas no valor de **R\$ 762.468,06 (setecentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e seis centavos)**, com dano ao erário municipal, caracterizados como dispêndio estranho à competência da instituição, sem caráter público, posto que não abrangido pelo conceito de gasto próprio do órgão, não prevista no orçamento, conforme dispõe o art. 4º c/c o artigo 12 da Lei Federal nº 4.320/64.

10.2.5. **Restrição nº 22:** pelo pagamento de diárias ao Prefeito e à Vice-Prefeita em períodos, que somados, alcançam 248 (duzentos e quarenta e oito) dias, inclusive com períodos ininterruptos de 80 (oitenta) dias para o Prefeito e 72 (setenta e dois) dias para a Vice-Prefeita, culminando, em pelo menos duas vezes, com o afastamento concomitante de ambos, deixando a Municipalidade sem seus representantes legais acarretando ônus ao erário dada a



**ACÓRDÃO Nº 4/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

irregular comprovação do efetivo deslocamento; ante a ausência de comprovação do interesse público; e pela complementação de salário decorrente dos fatos suscitados. Sendo **R\$ 51.240,00 (cinquenta e um mil, duzentos e quarenta reais)** devidos pelo Chefe do Executivo e **R\$ 24.400,00 (vinte e quatro mil e quatrocentos reais)** devidos pela Vice Prefeita.

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. João Medeiros Campelo** no valor de **R\$ 13.152,36** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos) (**R\$1.096,03 x 12 meses**), na forma do inciso II do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em razão de inobservância de prazos legais para remessa ao Tribunal, por meios informatizado, de balancetes, balanços, informações, demonstrativos contábeis ou quaisquer outros documentos solicitados (irregularidade 01, 02 do Relatório Conclusivo nº 60/2018 da DICAMI), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. João Medeiros Campelo** no valor de **R\$ 43.841,28** (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta um reais e vinte e oito centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado à época, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais relação à todas as impropriedades não sanadas do relatório conclusivo DICAMI nº 60/2018 – 01, 02, 04, 07, 8a, 8d, 8e, 8i, 8j, 10, 11, 14 a 19, 22, 23, 25, 28, 29, 30 a 34, fls. 5451/5562, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo



**ACÓRDÃO Nº 4/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.5. Inabilitar o Sr. João Medeiros Campelo** por 05 (cinco) anos para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança dos órgãos da administração estadual.

**10.6. Determinar** ao Secretario do Tribunal Pleno:

a) o envio dos autos à DICREX para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução nº 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução

b) a imediata remessa de cópia do Relatório da DICAMI nº 60/2018, (fls. 5451/5562) do Parecer Ministerial Parecer nº 5128/2018-DIMP-MP-RCKS (fls. 5563-5572) esta Proposta de Voto ao Ministério Público Estadual para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, conforme previsto na alínea “b” do inciso III do art. 190 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM)

c) à **Câmara Municipal de Itamarati** o cumprimento no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, **em especial o prazo de 60 dias** para o julgamento das contas.

d) à Origem, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que:

- observe atentamente os prazos fixados para o encaminhamento da documentação exigida para análise das prestações de conta, esclarecendo que a inobservância destes prazos compromete o planejamento dos trabalhos de campo, passível de responsabilização com a consequente aplicação de multas por cerceamento do exercício do controle externo.
- mantenha todos os documentos contábeis, jurídicos, processos licitatórios e os comprovantes de despesas na sede da Prefeitura, sob pena de novamente a despesa executada ser glosada por este TCE/AM;
- mantenha os registros e controles, além de toda documentação referente aos atos e fatos contábeis pertinentes ao Grupo de Contas Genéricas (Resolução CFC N.º 1.133/08 - Aprova a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis) como forma de atender às regras de direito financeiro definidas pela Lei Federal 4.320/64, de cuja inobservância acarretarão a não aceitação das justificativas futuras, com consequente responsabilização e reflexos nas prestações de contas respectivas;
- **institua sua procuradoria jurídica própria, com posterior realização de concurso público para seus cargos.**





**ACÓRDÃO Nº 4/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

- exonere todos os servidores em situação de nepotismo, conforme apontado no presente achado de auditoria;
- Encontra vedação conforme ditames contidos na Súmula 13 – STF, a nomeação do Sr. **Altevir Torres Maia**, para exercer o cargo comissionado de **Coordenador Municipal de Habitação**, a contar de 1.7.2016, quando sua irmã, a Sra. **Aline Torres Maia**, já ocupava o cargo comissionado de **Chefe Departamento Municipal de Transporte**, desde 2.3.2016.
- No mesmo sentido quanto à nomeação da servidora **Janete Maia Barbosa**, **Chefe do Departamento Municipal de Cultura**, designada desde 1.1.2016 considerando tratar-se de irmão do Sr. **Nemias Maia Barbosa**, **Secretário Municipal**, desde 5.6.2015, e do Sr. **Antonio Miriones Maia Barbosa**, ocupante de cargo comissionado de **Chefe Departamento Municipal de Serviços Gerais**, desde 2.1.2013.
- Igualmente se dá a nomeação do Sr. **Francisco da Silva Maia**, a contar de 1.4.2016, para ocupar o cargo comissionado de **Subsecretário Municipal**, quando sua irmã, a Sra. **Antonia Elsiani da Silva Maia**, já desempenhava as funções do cargo comissionado de **Administrador Distrital**, desde 1.3.2013.
- Tem-se também a nomeação do Sr. **Reinaldo Aguiar Maia**, desde 6.7.2015, para ocupar o cargo comissionado de **Coordenador de Esportivo**, quando seu irmão, o Sr. **Plínio Paulino Maia**, já desempenhava as funções do cargo comissionado de **Representante do Município em Carauari**, desde 2.1.2013.
- apresente perante esta Corte de Contas, quanto ao cumprimento das determinações no sentido de exonerar os servidores apontados nesta impropriedade, das medidas adotadas e dos resultados alcançados sob pena de descumprimento de determinação. O descumprimento das determinações quanto à cessação dos casos envolvendo nepotismo poderão acarretar a devolução, por parte do chefe daquele poder, dos valores pagos a título de vencimentos referentes aos servidores na condição de nepotismo;
- observe as normas pertinentes aos registros contábeis derivados dos atos decorrentes de *repasses de indenizações e restituições* de forma que o suporte documental necessário esteja intimamente pautado em documentos fidedignos e que afastem quaisquer dúvidas acerca da operação ocorrida não cabendo como documentos probatórios recibos sem estar acompanhados dos respectivos extratos bancários;
- encaminhe pelo sistema SAP os dados necessários à apreciação



**ACÓRDÃO Nº 4/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

da legalidade dos atos de pessoal pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, observando o disposto na Resolução TCE/AM nº 16/2009;

- implemente rotinas de controle suficientes para manter atualizados os registros funcionais dos servidores;
- observe rigorosamente as regras da Lei municipal nº 106/1993, art. 1º e 2º, inciso I, com as alterações da Lei municipal nº 162/2001, em relação as prestações de contas das diárias do Poder Executivo;
- não atrase o envio das informações ao sistema e-contas, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução nº 07/02-TCE, c/c Resolução nº 10/2012-TCE/AM;
- encaminhe no prazo estipulado os Relatórios de Gestão Fiscal e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, nos termos da alínea “h” do inciso II do art. 32 da Lei Estadual nº 2.423/96 e do §1º da Resolução nº 11/2009 c/c §3º do art. 165 da CF/88;
- dê publicidade aos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), dentro dos prazos estipulados pelo art. 52, c/c o §2º do art. 55, sob pena de multa por prática de infração administrativa (art. 5º da Lei Federal nº 10.028/2000), quanto aos RGF;
- adote os procedimentos necessários à identificação e quantificação dos valores individualizada dos contribuintes devedores, para cobrança por meio de processos administrativos e/ou judiciais, sob pena de sanções do §1º do art. 22, da Lei Estadual nº 2.423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c a alínea “e” do inc. III do § 1º do art. 188 da Resolução nº 04/2002 do TCE/AM;
- observar atentamente os prazos fixados para o encaminhamento da documentação exigida para análise das prestações de conta pela Câmara Municipal sob pena de responsabilização.
- nas licitações e contratos observe todas as regras estipuladas pela Lei Federal nº 8.666/93, tais como as relacionadas ao: orçamento analítico (art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, § 2º, II da lei 8.666/93), projetos arquitetônicos (art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, § 2º, I, da Lei Federal nº 8.666/93), diário de obra ou documento equivalente (art. 67, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93), laudo de vistoria (art. 67, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93), projeto básico aprovado pela autoridade competente (art. 6º, IX c/c art. 7º, § 2º, I, II, III, IV da Lei Federal nº 8.666/93), entre outras;
- realize procedimento licitatório, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 8.666/93;
- utilize a modalidade licitatória conforme o caso, a fim de não





**ACÓRDÃO Nº 4/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

- violar o §5º do art. 23 da Lei Federal nº 8.666/93;
- adote as medidas necessárias para a realização de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da CF/88;
  - atenda ao art. 45 da Constituição Estadual c/c art. 43 da Lei nº 2.423/96 que estabelece a Criação de Controle Interno no âmbito Municipal;
  - cumpra os art. 48 e 48-A da Lei Complementar n.º 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c inciso II, art. 34 da Lei Estadual nº 2.423/96 que estabelece a obrigatoriedade de observância dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público;
  - cumpra com rigor a Lei Federal nº 8.666/93 em especial:
    - a) formalização do procedimento de licitação, dispensa e/ou inexigibilidade;
    - b) Formalização dos Contratos firmados;
    - c) Conste nos autos o Decreto de nomeação da Comissão de Licitação;
    - d) Que faça constar nas notas de empenho no mínimo;
      - d.1) número do processo e modalidade de licitação;
      - d.2) elemento de despesa, sub elemento, classificação econômica, fonte, saldo do empenho;
      - d.3) nome empresarial do credor e a CNPJ do credor;
      - d.4) campo específico do valor unitário e quantidade;
      - d.5) número do empenho sequencial e crescente;
    - e) Que os processos de pagamentos sejam numerados sequencialmente e estejam acompanhado das respectivas nota fiscais, ordem bancárias, nota de liquidação da despesa, certidões negativas do credor etc.;
  - observe as regras relacionadas à Lei Federal nº 4.320/64, em especial as regras que tratam do patrimônio (capítulo III);
  - atenda com rigor os artigos 14, 16, 20 e 26 da Lei Federal nº 8.666/93 que versam sobre as compras da Administração Pública, bem como da formalização dos processos nos moldes previstos no art. 38 do mesmo diploma legal;
  - observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas, acarretará o julgamento da irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do § 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM;



**ACÓRDÃO Nº 4/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 11- **Ata:** 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.  
12- **Data da Sessão:** 6 de Fevereiro de 2019  
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).  
13.1. **Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.  
14- **Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral